

ELEIÇÕES

Alvo da PF, Ciro ataca Bolsonaro

Ex-ministro estaria envolvido em esquema de corrupção. Ele acusa presidente de tentar minar sua candidatura ao Planalto

» LUANA PATRIOLINO
» TAÍSA MEDEIROS

O pré-candidato à Presidência da República Ciro Gomes (PDT) e o irmão dele, o ex-governador do Ceará Cid Gomes, foram alvos de uma operação da Polícia Federal, ontem, para apurar um suposto esquema de corrupção envolvendo as obras da Arena Castelão — que passou por uma reforma para receber a Copa de 2014.

A força-tarefa, batizada de Operação Colosseum, apura a suspeita de fraudes e pagamento de propinas a agentes políticos e servidores públicos envolvendo as obras no estádio de Fortaleza, entre 2010 e 2013. A Justiça também determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático dos envolvidos, inclusive, dos irmãos Gomes.

Segundo a PF, as investigações apontam para um “possível pagamento de vantagem indevida para que a Galvão Engenharia obtivesse êxito no processo licitatório da Arena Castelão e, na fase de execução contratual, recebesse valores devidos pelo governo do estado ao longo da execução da obra de reforma, ampliação, adequação, operação e manutenção do estádio”.

Foram deslocados 80 policiais federais para a força-tarefa, com o objetivo de cumprir 14 mandados de busca e apreensão em Fortaleza, Meruoca, Juazeiro do Norte, no Ceará; São Paulo (SP), Belo Horizonte e São Luís. As ordens foram expedidas pelo juiz Danilo Dias Vasconcelos de Almeida, da 32ª Vara Federal Criminal no Ceará.

A apuração ainda indica que o valor da concorrência foi de R\$ 518 milhões, procedente, em parte, de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Apurou-se indícios de pagamentos de R\$ 11 milhões em propinas diretamente em dinheiro ou disfarçadas de doações eleitorais, com emissões de notas fiscais fraudulentas por empresas fantasma”, disse a PF em nota.

AFP / Mauro Pimentel



Ciro Gomes negou qualquer irregularidade e acusou o chefe do Planalto de transformar o Brasil “num Estado policial”

“Estado policial”

Ciro Gomes se manifestou pela internet e negou envolvimento com corrupção. O presidenciável falou em perseguição e afirmou que o país vive em um “Estado policial”. “Até esta manhã, eu imaginava que vivíamos, mesmo com todas imperfeições, em um país democrático. Mas depois de a Polícia Federal subordinada a Bolsonaro, com ordem judicial abusiva de busca e apreensão, ter vindo a minha casa, não tenho mais dúvida de que Bolsonaro transformou o Brasil num Estado policial que se oculta sob falsa capa de legalidade”, postou no Twitter.

Cid Gomes também criticou a PF. “Eu sintetizaria numa palavra o que eu considero isso: uma molecagem. O que fizeram hoje (ontem) foi uma molecagem, que tem toda uma narrativa”, frisou. “A

Polícia Federal é uma instituição ultrarrespeitada, ultrarreconhecida, tem, ao longo da sua história, prestado relevantes serviços ao país, mas, lamentavelmente, isso tem de ser denunciado. Ela está sendo, por sua direção, completamente aparelhada.”

Os irmãos Gomes receberam o apoio de políticos, entre eles, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — alvo de continuadas críticas do presidenciável. “Quero prestar minha solidariedade ao senador Cid Gomes e ao pré-candidato a presidente Ciro Gomes, que tiveram suas casas invadidas sem necessidade, sem serem intimados para depor e sem levar em conta a trajetória de vida idônea dos dois. Eles merecem ser respeitados”, escreveu o petista.

Ciro agradeceu o apoio, também pela rede social. “Obrigado,

presidente Lula. O Estado policial de Bolsonaro é uma ameaça à democracia e a todos os democratas. Me considero na obrigação de dar todos os esclarecimentos necessários, em respeito ao povo brasileiro, e o farei”, postou.

A ex-presidente Dilma Rousseff também se solidarizou, afirmando que repudia o “arbitrio e a perseguição a eles”. “Como cidadãos brasileiros, merecem ser tratados com o respeito às leis vigentes no país”, disse a petista.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que foi vice-presidente da CPI da Covid, também prestou solidariedade aos irmãos Gomes. “O que aconteceu hoje (ontem) é inadmissível em um Estado democrático de direito. Todo cidadão merece ter seus direitos e garantias asseguradas e respeitadas”, ressaltou.



Não tenho dúvida de que esta ação tão tardia e despropositada tem o objetivo claro de tentar criar danos à minha pré-candidatura à Presidência da República”

Ciro Gomes (PDT), ex-governador

Freitas: focado em obras

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse, ontem, que tem conversado com o presidente Jair Bolsonaro sobre sua candidatura ao governo de São Paulo, mas enfatizou que a hora é de focar nas entregas dos projetos que vem sendo tocados pela sua pasta.

O próprio presidente, durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), deixou claro que a missão de Freitas na Infraestrutura termina no ano que vem, quando o ministro deverá se desvincular para se tornar candidato ao Governo do Estado de São Paulo.

Bolsonaro comentou sobre a candidatura de Freitas no contexto de uma fala sobre não existir mais pedidos de propinas no ministério.

“No ano que vem, se o Tarcísio for eleito, eu quero que ele sabatine o novo ministro”, disse Bolsonaro.

Mas Tarcísio de Freitas preferiu desconversar. Admitiu as conversas com o chefe do Executivo, mas disse que terá muito tempo para pensar na candidatura.

Condição

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, no mês passado, que sua filiação ao PL incluía a indicação de Freitas para disputa do governo de São Paulo pelo partido. A sigla tinha acordo para apoiar, em 2022, o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), nome patrocinado pelo governador paulista João Dória (PSDB), arquirrival político do chefe do Planalto. A situação chegou a levar o presidente a suspender a filiação ao PL, que acabou remarcada depois de chegarem a um acordo.

TSE: resolução contra fake news

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou por unanimidade, a resolução que regulamentará as eleições de 2022. Uma das normas visa combater “afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social, inclusive provedores de aplicativos de internet e redes sociais”.

Conforme a resolução, a partir da escolha de candidatas e candidatos em convenção, será assegurado o exercício do direito de resposta aos postulantes, ao partido político, à federação de partidos ou à coligação que forem atingidos, ainda que de forma indireta, por notícias falsas.

De acordo com a resolução, se houver determinação para a

remoção de conteúdo em ambiente de internet, a ordem judicial deverá fixar prazo razoável para o cumprimento, não inferior a 24 horas, e deverá conter, sob pena de nulidade, a URL (endereço eletrônico), para averiguação. Os provedores de aplicação ou de conteúdo poderão ser oficiados para cumprir determinações judiciais.

Por meio da resolução, também fica estabelecido que, até 20 de julho do ano da eleição, as emissoras de rádio e televisão e os demais veículos de comunicação — inclusive provedores de aplicações de internet — deverão, independentemente de intimação, apresentar ao órgão da Justiça Eleitoral dados da empresa, com endereços, incluindo o número de telefone móvel que

disponha de aplicativo de mensagens instantâneas.

Por meio desses endereços, os veículos receberão ofícios, intimações ou citações e poderão, ainda, indicar procuradora ou procurador com ou sem poderes para receber citação judicial.

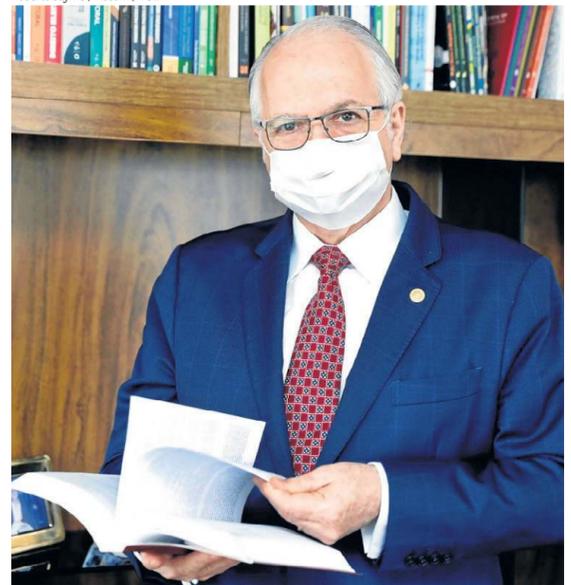
Segundo o relator da instrução, ministro Edson Fachin, as ações propostas foram frutos de discussões apresentadas por meio de audiência pública, no mês passado, que contaram com sugestões apresentadas por Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), entidades da sociedade civil e cidadãos e cidadãos que contribuíram com a formulação da atualização do regimento eleitoral.

Na terça-feira, a Polícia Federal intimou o presidente Jair Bolsonaro a prestar

depoimento no inquérito aberto para apurar a divulgação de investigação sigilosa sobre um ataque hacker ao sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018. A apuração foi aberta em agosto, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após o chefe do Executivo publicar nas redes sociais a cópia do inquérito e distorcer informações para alegar supostas fraudes nas eleições, sem apresentar provas.

Numa live, em agosto deste ano, o presidente distorceu as informações da apuração sigilosa da PF para fazer alegações falsas sobre fraudes nas eleições e questionar o sistema de segurança das urnas eletrônicas. (Com informações do site do TSE)

Roberto Jayme / Ascom / TSE



O relator da instrução no TSE foi o ministro Edson Fachin



Mesmo com a pandemia, o GDF não parou.

Túnel de Taguatinga

